

A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS COM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - NEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Islani Kalini de Araújo Santos¹
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes²
Maria do Socorro da Silva³

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa concluída, que objetiva refletir acerca da atuação do (a) Pedagogo (a) com alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE, na Educação Infantil. Assim, faz-se um paralelo desde os séculos passados e constatar que as pessoas com NEE não tinham oportunidades e incentivos de inserir-se no contexto educacional, gerando, assim, uma rejeição por parte das políticas públicas, passando a refletir em toda sociedade. Como objetivo geral, pretendemos analisar como se dá a atuação do pedagogo (a) diante de alunos com NEE na Educação Infantil, visto que é ele quem pode, ou não, fazer com que o processo de aprendizagem aconteça de forma diferenciada e significativa. O interesse por essa temática surgiu a partir das vivências em sala de aula com crianças com necessidades educacionais especiais, na observação da prática de uma professora, a qual nos despertou muita admiração, como também, por meio das discussões nas disciplinas de Educação para a diversidade, Educação Especial e Inclusão, Procedimentos e Intervenção nas Práticas Educativas, estudadas no curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Nossa pesquisa é de natureza bibliográfica (AMARAL, 2007) e qualitativa (CHIZZOTTI, 2003). Realizamos ainda uma pesquisa de campo, em que aplicamos questionários com (02) professoras de uma escola da rede privada do município de Mossoró. Para fundamentar as concepções teóricas, fizemos uso das ideias de alguns autores, como Kuhlmann Jr. (2000), Garcia e Beaton (2004), e de documentos do Ministério da Educação e Cultura - MEC, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), entre outros. O estudo obteve como resultado o compromisso que as professoras têm diante do trabalho com alunos com NEE, sua postura, tratamento e a forma como trabalham as peculiaridades dessas crianças em sala de aula, mantendo sempre o respeito e a inclusão, o que de fato torna-se essencial para um bom desenvolvimento na aprendizagem.

Palavras-chave: Atuação do Pedagogo. Inclusão. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Pós – graduanda em nível de especialização em andamento em Psicopedagogia na Faculdade Vale do Jaguaribe. Email: islani_kalini@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: aleksandranogueira@outlook.com.

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: helpmoss37@hotmail.com.

Sendo o ambiente escolar um espaço privilegiado para se chegar à educação e à construção do conhecimento, cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, capazes de compreender a realidade em que vivem. A criança é um ser criativo e em constante desenvolvimento, capaz de construir, a partir de suas relações e práticas vivenciadas, sua identidade pessoal e coletiva.

Na perspectiva do contexto da inclusão, por meio de muitas lutas, vieram as conquistas e, entre elas, o direito à educação, vislumbrando-se a oportunidade que hoje as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NEE têm de participar integralmente da escola.

O assunto escolhido para ser abordado tem como tema, a atuação do (a) Pedagogo (a) com alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE na Educação Infantil surgiu há exatamente três anos, fruto de nossas experiências na área educacional, somando-se as discussões obtidas no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, nas disciplinas estudadas no decorrer do curso como, por exemplo, Educação para a diversidade, Educação Especial e Inclusão, Procedimentos e Intervenções nas Práticas Educativas.

Com o passar do tempo, ao observar a postura daquela professora, surgiu o questionamento: como a professora conseguia dar significado as suas práticas, diante de realidades tão diferentes? E muitas coisas foram chamando a nossa atenção, principalmente o fato dela utilizar o mesmo plano de aula e este dá conta da aprendizagem do aluno com NEE.

O aporte teórico que nos auxiliou e levou a aprofundar as discussões da pesquisa é caracterizado por Kuhlmann Jr. (2000), que discute a história da educação infantil e os vários percursos que ela percorreu; Garcia e Beaton (2004), que discutem a inclusão e o destaque que ela ganhou com o passar do tempo, ressaltando a importância da educação para pessoas com NEE, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que aborda todos os marcos legais construídos a partir de movimentos no mundo todo na busca incessante pela educação inclusiva de forma pedagógica, social, cultural e política.

Como objetivo buscamos entender como se dá a atuação do (a) Pedagogo (a), diante de alunos com NEE na Educação Infantil. Adotamos a abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2003). A pesquisa também é de cunho bibliográfico com base em Amaral (2007). Considerando os objetivos do trabalho, foi realizada pesquisa de campo com caráter exploratório, em que aplicamos questionários com (02) duas professoras de uma escola privada de Mossoró, o que proporcionou um contato maior com o objeto a ser estudado.

O artigo encontra-se organizado em três tópicos: no primeiro fazemos um breve contexto histórico da educação infantil e do processo inclusivo, no segundo abordamos a inclusão em linhas gerais em que situamos alguns marcos históricos e no terceiro tópico trazemos as percepções das professoras entrevistadas no trabalho com alunos com NEE na educação infantil.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO PROCESSO INCLUSIVO

Durante séculos, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família. Essa educação acontecia no convívio com os adultos e outras crianças, como também participando das tradições em que elas aprendiam normas e regras da sua cultura.

A Revolução Industrial foi um grande divisor de águas na história em vários aspectos da vida cotidiana da época, os quais foram influenciados de alguma forma por esse processo. Em se tratando de nosso país, no século XX, a educação infantil passou por intensas transformações.

Surgiram muitos problemas para a sociedade e para a educação brasileira durante o regime militar, iniciando uma nova fase, que teve seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996. É a partir daquele momento que a legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas são partes do sistema educacional, caracterizando-se como primeira etapa da educação básica (KUHLMANN JR, 2000).

Considerando a importância do atendimento educacional à infância (0 aos 6 anos) em instituições específicas, entendendo-as e definindo-as enquanto espaços de direito da criança e propiciadores de seu desenvolvimento integral, pode-se destacar que, em 1985, a luta pela realização da extensão de um sonho começou, não dando muita ênfase aos acertos e desacertos cometidos no passado. Entretanto, buscava-se construir uma pré-escola pública, gratuita e comprometida com as necessidades das classes populares.

Apesar das creches terem sido incorporadas ao sistema educacional, o que foi consolidada na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, isso não significa dizer que tenham resolvido os problemas até então existentes na educação infantil. Apesar disso, ainda existem atendimentos da criança em instituições que continuam com estruturas precárias, somando-se aos demais problemas da educação infantil brasileira, como, por exemplo, a falta de verbas

que estimulou a seguinte divisão: as crianças de 0 a 3 anos passaram a frequentar as creches, e as de 4 a 6⁴, frequentarem a pré-escola (KUHLMANN JR., 2000).

Apesar do interesse por essa etapa vir aos poucos se consolidando, é preciso que percebamos que muito ainda falta ser feito para que sejam reconhecidas a importância e consequências que esse processo educacional pode causar na faixa etária de 0 aos 6 anos, os quais trarão elevados resultados para nossa sociedade.

Com a consolidação da educação infantil, vieram outras questões, como o caso da inclusão, nessas creches de crianças com necessidades educacionais especiais, haja vista, que o primeiro marco é a conquista do direito a educação escolar na infância, mas ainda assim, isso não veio a principio, assegurar a inclusão das crianças com NEE, sendo este um processo que se alonga até os dias atuais, considerando que, apesar da legislação educacional atual assegurar isso, no interior das escolas, os professores ainda sentem dificuldades, tanto formativas quanto de estrutura física.

A INCLUSÃO EM LINHAS GERAIS: SITUANDO ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS

A inclusão tem por finalidade a garantia de direitos para todos, visando a proporcionar uma sociedade inclusiva fundamentada em ideias que valorizem a diversidade. Estes avanços acontecem mediante a aceitação das diferenças entre seus participantes, sejam eles, com NEE, ou não, levando em consideração as características intrínsecas de um povo e devendo, assim, respeitar a igualdade que favoreça a expectativa de evolução e de desenvolvimento humano pleno.

Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com NEE, visto que, por causa das suas diferenças, eram totalmente incompreendidas e sujeitas a todos e quaisquer tipos de humilhações por não estarem dentro dos padrões físicos e psicológicos que a sociedade determinava. Em consequência dessa desvalorização, essas pessoas eram sujeitas à eliminação física. Nesta perspectiva:

São conhecidas as medidas adotadas em Esparta, povo de grandes exércitos, em que um conselho de anciões examinava, imediatamente, após o nascimento de uma criança, suas características físicas. Se o conselho inferia que ele não possuía as qualidades requeridas para chegar a ser um grande guerreiro, o bebê era jogado de

⁴ De acordo com a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, Art. 32. Que regulamenta: O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão.

uma grande montanha para ser eliminado. Medidas semelhantes ocorriam em outras sociedades em que os pais podiam decidir abandonar seus filhos as feras por considerá-los com alguma formação inadequada. Em outros casos eram utilizados como meio de diversão para os ricos, já outros povos os associavam a divindade. Na Ásia, as concepções religiosas promulgavam uma atenção humana e adequada para retardados mentais e pessoas com tais características em geral (GARCIA e BEATON, 2004, p. 18).

O início das transformações ocorreu a partir do século XVI, XVII e XVIII quando a sociedade passou a ter um novo olhar sobre as pessoas com necessidades especiais, reconhecendo-as como cidadãs dignas e de direitos, capazes de aprender e desenvolver suas capacidades. Durante o século XIX que foi concebida a atenção profissional e especializada para essas pessoas ditas com defeitos, para que elas alcançassem a educação, por mais que permanecessem os preconceitos físicos. Diante disso:

[...] criaram-se centros especializados para essas pessoas, mas fora das cidades, distanciadas do amplo e necessário contato social, protegidos com grades, jardins, e grandes extensões de terreno, o que tranquilizava as pessoas com os preconceitos mencionados, porque elas acreditavam que a sociedade contava com lugares, nos quais os sujeitos com defeitos eram atendidos e cuidados especialmente, estando distante deles (GARCIA e BEATON, 2004. p.23).

Alguns marcos legais em muito contribuíram, no Brasil, para o processo de inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, é importante conhecermos algumas medidas tomadas, as quais foram decisivas no avanço dos direitos conquistados, como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990), a Declaração de Jomtien (1990), também conhecida por Declaração Mundial de Educação para Todos, a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases - LDB de nº 9.394, de 20.12.1996, a Convenção de Guatemala (1999), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, e o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, entre outros.

PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS NO TRABALHO COM ALUNOS COM NEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta pesquisa reflete a realidade em que se encontra o processo de inclusão nas escolas, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem das crianças com NEE, apresentando por meio de um material empírico as percepções de duas professoras da

educação infantil de uma instituição de ensino privada da cidade de Mossoró/RN. Fizemos cinco perguntas relacionadas ao assunto investigado às professoras, vejamos:

QUESTÃO n° 01:

PERGUNTA:	O que você faz quando recebe um aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NEE em sala de aula?
RESPOSTA PROFESSORA A	Procuro saber qual a necessidade do aluno e com isso elaborar um plano de aula adequado para ajudá-lo em sua aprendizagem e desenvolvimento.
RESPOSTA PROFESSORA B	Conhecer suas particularidades, aplicar recursos metodológicos os quais venham auxiliar sua aprendizagem, buscando adaptar as suas necessidades.

Nas respostas das professoras na questão de n° 1, é possível perceber que ambas seguem a mesma linha de raciocínio, pois destacam a importância de procurar saber qual a necessidade e particularidade do seu aluno ao recebê-lo pela primeira vez em sala de aula, assumindo o compromisso de adequar sua prática, elaborando e executando planos para atendimentos pedagógicos, individual ou em grupo, de acordo com as necessidades de cada discente, visando à promoção do desenvolvimento integral da aprendizagem.

QUESTÃO n° 02:

PERGUNTA:	Como são realizadas as atividades de aprendizagem desses alunos? Especifique a necessidade especial do aluno.
RESPOSTA PROFESSORA A	As atividades são feitas individualmente com os alunos com necessidades educacionais especiais, trabalhando sempre suas dificuldades, vai depender de qual necessidade essa criança possui.
RESPOSTA PROFESSORA B	As atividades são direcionadas dentro da grade curricular, mas de formas específicas, buscando trabalhar as individualidades para atingir os objetivos do processo de ensino aprendizagem.

As atividades elaboradas e desenvolvidas em sala de aula pelas professoras com alunos com necessidades educacionais especiais é uma questão muito particular de cada professora. Porém, nas respostas das professoras pesquisadas, é notório que a prática das duas

é bem semelhante, pois acontecem de forma individual com o aluno, buscando trabalhar suas dificuldades como defende (RODRIGUES, 2006).

QUESTÃO n° 03:

PERGUNTA:	Qual a sua relação com esses alunos em sala de aula?
RESPOSTA PROFESSORA A	Quando recebo um aluno com NEE, procuro lhe dar atenção necessária e tento envolvê-lo na turma junto aos outros colegas.
RESPOSTA PROFESSORA B	Uma relação recíproca, dentro de um contexto que possamos compreender as limitações e as particularidades de cada aprendiz, respeitando o seu tempo para a construção do seu entendimento.

É comum encontrar no contexto educacional, principalmente na educação infantil, uma relação de muito respeito, afinidade, carinho e cuidado com os alunos. E em se tratando de alunos com NEE, a professora A evidencia que a atenção é algo muito presente em sua prática, destacando a importância de envolvê-los no grupo. A professora B é bastante clara ao salientar a importância do respeito, pois é a partir deste que ela passa a compreender as limitações e particularidades de seus alunos, algo que é desempenhado por ela com muita intensidade. Neste sentido, “É importante que a escola respeite cada criança, com seu jeito próprio de aprender, respeitando, dessa forma, seus interesses” (PAULA, 2006, p. 12).

QUESTÃO n° 04:

PERGUNTA:	Que recursos didáticos você costuma utilizar com esses alunos na hora das atividades realizadas?
RESPOSTA PROFESSORA A	Materiais adaptados com esponjas, objetos concretos, folhas, lápis de cor, pincel etc.
RESPOSTA PROFESSORA B	O brincar, pois brincando se aprende de forma construtiva, materiais lúdicos, jogos musicais e recursos que transmitem som, entre outros procedimentos metodológicos que venham atender as necessidades do aluno.

No que diz respeito ao brincar, este deve acontecer de forma a contribuir para a criatividade das crianças, quando deve ser oferecido espaço, riqueza e elementos da realidade

que possibilitem sua aprendizagem por meio da imaginação e da imitação. Mesmo tendo consciência que é uma brincadeira, elas criam, recriam e atribuem outros significados àquilo que aparenta (RCNEI, 1998).

QUESTÃO n° 05:

PERGUNTA:	Deixe uma sugestão acerca da inclusão de crianças com NEE na educação infantil.
RESPOSTA PROFESSORA A	Para as escolas, não adianta só receber as crianças com NEE. Precisam ter uma equipe multidisciplinar para atendê-las e dar um suporte aos professores e ainda a ajuda da família para um melhor desenvolvimento.
RESPOSTA PROFESSORA B	Espaço apropriado com ludicidade que nos possibilite trabalhar os movimentos corporais, cursos de capacitação para os profissionais, materiais didáticos apropriados para as crianças com NEE.

Diante do que foi estabelecido pela lei n° 9.394/96, em seu artigo 4° capítulo III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, cabe às escolas organizar o ensino, bem como as formas e condições de aprendizagem para receber os alunos em vez de exigir que o aluno se ajuste aos padrões de “normalidades”, procurando nele, um problema. Assim, acreditamos que as escolas devem estar conscientes de sua função, colocando-se à disposição do aluno, tornando-se espaços inclusivos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foi pensando na educação de pessoas com NEE, que nos preocupamos em aprofundar este estudo, visto que, é no momento em que unimos forças, que conseguimos alcançar, além dos nossos objetivos. Objetivos esses, que almejam fortalecer o compromisso de todos os envolvidos no contexto educacional inclusivo, para que com isso, possamos garantir educação integral e de qualidade às crianças com NEE, acreditando sempre que estas são capazes de aprender.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado, pois constatamos que a atuação das pedagogas investigadas tem sua prática condizente com as expectativas do público com NEE.

Podemos afirmar que, a atuação tanto da professora “A”, quanto da professora “B” vai de encontro a tudo que foi visto nos autores estudados, pois ficou notório que a prática das duas é bastante semelhante e que ambas tratam com muita seriedade o trabalho docente, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, com ou sem NEE, oferecendo-lhes um espaço inclusivo e condições necessárias para a aquisição do conhecimento.

Diante disto, é cabível ressaltar, nos resultados desta pesquisa, que o presente estudo nos possibilitou um olhar mais aprofundado sobre um tema bastante discutido, e que o exercício da profissão docente requer muito comprometimento e dedicação, e que esta, se feita com respeito e compreensão contribui para a evolução dos alunos de modo que passam a desenvolver potencialidades e habilidades para que assim, possam viver melhor na sociedade a qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

AMARAL. João J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em 30 de Julho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001, 79p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. – Brasília: MEC/ SEF, 1.V, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010, 73p. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>. Acesso em 02 de Junho de 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios**. Revista Portuguesa de Educação, año/vol. 16. Número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2003. p. 221 – 236.

GARCIA, Maria Teresa; BEATON, Guilherme Arias. **Necessidades Educativas Especiais: Desde o enfoque histórico- Cultural**. São Paulo: Linear B, 2004.

KUHLMANN JR., Moisés. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação- Anped. Campinas: Autores Associados. nº. 14, p. 5-18. mai/jun./jul./Ago.

2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>. Acesso em 07 de Maio de 2014.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.